

ano 20 – n. 120 | novembro/dezembro – 2022
Belo Horizonte | p. 1-216 | ISSN 1678-8656
R. Fórum de Dir. Tributário – RFDT

Revista Fórum de
DIREITO TRIBUTÁRIO
RFDT

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

Lei nº 14.395/22: caráter interpretativo e efeito retroativo	
Tercio Sampaio Ferraz Jr.	9
1 Lei interpretativa	11
2 Condições para o reconhecimento da lei como interpretativa	14
3 Natureza jurídica da lei interpretativa	15
4 O art. 106 – I do CTN	18
5 A Lei nº 14.395, de 8.7.2022.....	20
Conclusão	24
Considerações acerca do IPI	
Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho	29
Referências	45
Quitação de débitos tributários com precatórios	
Gabriella Alencar Ribeiro	47
1 Introdução	47
2 Situação normativa dos estados que não editaram essa lei	57
3 Análise temporal	62
4 Perspectivas	63
5 Conclusões	63
Transação tributária e negócio jurídico processual	
Ciro César Soriano de Oliveira	65
1 Introdução	65
2 Histórico e crítica à ineficiência das premissas não superadas do regime antigo..	66
3 O novo cenário trazido pelas alterações promovidas pelas Leis nºs 14.112/2020 e 14.375/2022.....	71
4 O negócio jurídico processual (NJP)	75
4.1 Conceito: NJP como forma de suspensão da execução fiscal e parcelamento do débito nele executado	75
5 A transação tributária	80
5.1 Conceitos gerais	80
5.2 A proposta individual do devedor	82
6 Transação tributária e NJP	82
Referências	84
Anexo – Modificações e inovações de cunho fiscal trazidas pela Lei nº 14.112/2020	86
Imunidade da incidência do ITBI (imposto de transmissão de bens imóveis) na integralização de imóveis ao capital social	
Luciano Haddad Monteiro de Castro	91
Introdução	92

1	Imunidade da integralização de imóvel ao capital social: decisão da assembleia constituinte originária irreformável por emenda constitucional	93
2	Imunidade ampla e irrestrita da integralização de imóvel ao capital social	94
3	Malferimento de dois fundamentos da república, livre iniciativa e valor social do trabalho	95
4	Redução da arrecadação tributária decorrente do desestímulo à produção/ circulação de bens e prestação de serviços que impede execução de políticas públicas	96
	Conclusão	98

Revisão de orientação geral e o art. 24 da LINDB em relação ao direito tributário

Marcos Vinicius de Paiva	99	
1	Introdução	99
2	Considerações sobre a proteção da confiança no direito tributário brasileiro	101
2.1	A proteção da confiança na Constituição Federal	101
2.2	A proteção da confiança no Código Tributário Nacional	103
2.2.1	O art. 100 e parágrafo único do Código Tributário Nacional	104
2.2.2	O art. 146 do Código Tributário Nacional	106
2.2.3	Delimitação do âmbito de aplicação dos arts. 100 e 146 do Código Tributário Nacional	109
2.2.4	O art. 178 do Código Tributário Nacional	112
3	A proteção da confiança na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – LINDB	114
3.1	O art. 24 da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro	114
3.2	Análise de compatibilidade entre o art. 24 da LINDB e o direito tributário	117
3.2.1	A relação entre o art. 24 da LINDB os arts. 100, 146 e 178 do Código Tributário Nacional	122
4	Conclusões	125
	Referências	126

O *amicus curiae* como forma de legitimação democrática das decisões do Supremo Tribunal Federal: uma análise de causas fiscais

Djulia Raphaella L. Portugal Amâncio	129	
	Introdução	129
1	O instituto <i>amicus curiae</i>	131
1.1	<i>Amicus curiae</i> : surgimento, definições e introdução no direito brasileiro	131
2	A função do <i>amicus curiae</i>	135
2.1	O <i>amicus curiae</i> no Supremo Tribunal Federal	135
2.2	O <i>amicus curiae</i> como forma de pluralização do debate e legitimação democrática das decisões proferidas pelo STF	138
3	O <i>amicus curiae</i> no STF: uma análise de causas fiscais	144
3.1	RE nº 330.817	146
3.2	ADPF nº 190	148
3.3	ADI nº 4.697	150
3.4	Resultado da pesquisa jurisprudencial	152
	Conclusão	152
	Referências	154

PARECERES

Nulidade da decisão que determinou o arresto e demais medidas constritivas em relação aos terceiros com base na desconsideração da personalidade jurídica – Decadência – Violação das garantias de ampla defesa, contraditório e devido processo legal. Opinião legal

Ives Gandra da Silva Martins, Rogério Vidal Gandra Martins, Roberta de Amorim Dutra ..	161
Consulta	161
Resposta	162
I Nulidade da decisão que determinou o arresto e demais medidas constritivas em relação aos terceiros com base na desconsideração da personalidade jurídica. Decadência. Violação das garantias de ampla defesa, contraditório e devido processo legal	162

Parecer SEI Nº 11741/2022/ME – Análise jurídico-tributária. Art. 2º, §2º, da Lei nº 9.430/1996

Cristiano Amorim Tavares da Silva.....	171
I Relatório	171
II Fundamentação	172
III Conclusão	176

Parecer SEI Nº 17874/2021/ME – Benefícios e incentivos fiscais. Renúncia de receitas tributárias e os arts. 14 da LRF e 113 do ADC

Ênio Alexandre Gomes Bezerra.....	177
I Consulta	177
II Resposta	177
II.1	178
II.2	183
II.3	185
II.4	186
III Nulidade da decisão.....	188

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Supremo Tribunal Federal

Recurso Extraordinário – Direito Tributário – Contribuição previdenciária incidente sobre a remuneração paga ou creditada a transportadores autônomos – Inconstitucionalidade da alteração da base de cálculo por meio do Decreto nº 3.048/99 e da Portaria MPAS nº 1.135/01 – Reconhecimento da repercussão geral e reafirmação da jurisprudência da Corte Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 1.381.261/RS	193
---	-----

Superior Tribunal de Justiça

Recurso Especial – Direito Tributário – Cessão de direito de crédito de precatório com deságio – Imposto de Renda – Ausência de ganho de capital apto a atrair a incidência do imposto	
Recurso Especial nº 1.785.762/RJ.....	199

EMENTÁRIO	203
TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS.....	211
INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES	215